



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A PESQUISA-AÇÃO: A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Jéssica Puhl Croda¹; Cintia Virginia de Campos²; Valdir Frigo Denardin³

¹ Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral, jessicacroda@ufpr.br

² Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral, cintiacampos@ufpr.br

³ Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral, valdirfd@ufpr.br

GT 02: Abordagens Participativas para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais e Emergência Climática.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi evidenciar a necessidade da valorização da agrobiodiversidade e dos saberes-fazer locais, para promover um desenvolvimento territorial sob a perspectiva dos sistemas agroalimentares territorializados junto com os/as agricultores/as familiares no Litoral do Paraná. Ancorado na Pesquisa-Ação, o projeto de desenvolvimento territorial, intitulado de Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI Alimento e Território) é mobilizado com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e Comunidades Candonga e Guaraguaçu. O Litoral Paranaense possui uma grande possibilidade de promover o diálogo sobre os sistemas agroalimentares territorializados, apostando na sua rica agrobiodiversidade e na agricultura familiar que a sustenta. Os circuitos curtos de comercialização e a produção agroecológica são alternativas que contribuem para a diferenciação dos produtos e serviços. A Pesquisa-Ação possibilita a criação de projetos de desenvolvimento territorial em torno da resolução de problemas coletivos e quanto mais organizados os territórios estiverem, maiores as possibilidades de enfrentamento as mudanças climáticas.

Palavras-chave: Pesquisa-Ação; Saberes-fazer; Recursos Territoriais; NAPI Alimento e Território; Litoral do Paraná.

Destaques (highlights)

- Valorização da agrobiodiversidade e o resgate dos saberes-fazer identitários pela agricultura familiar;



- Produção agroecológica e agroflorestal como promissora para o enfrentamento as mudanças climáticas;
- Sistemas Agroalimentares Territorializados e os circuitos curtos de comercialização como estratégias de diferenciação dos produtos territoriais;
- Projetos participativos como os de Pesquisa-Ação tem potencial para promover o desenvolvimento territorial.

INTRODUÇÃO

Os sistemas agroalimentares globalizados, propiciam a desconexão entre as esferas da produção, beneficiamento e consumo com múltiplas implicações (Grisa et al., 2021). Disso resultam modelos produtivos cada vez mais artificializados, ocorrendo um rompimento com a dinâmica de manutenção dos equilíbrios ecológicos e com as práticas e conhecimentos locais, invisibilizando os alimentos, sua identidade, sua procedência e seus/as agricultores/as (Caporal; Costabeber, 2007).

Nas últimas duas décadas, é crescente o número de iniciativas que buscam reconectar os elos “perdidos” para a construção de um modelo agroalimentar alternativo, sustentável e equitativo (Grisa, 2021). Diante disso, a incorporação da dimensão territorial na abordagem dos sistemas agroalimentares se configura como um contraponto aos sistemas globalizados.

Os primeiros estudos que introduziram a dimensão territorial na análise dos sistemas agroalimentares tiveram como foco a análise das relações entre as unidades de produção, transformação e comercialização de alimentos que se organizavam em função das características de determinados produtos que carregavam em si aspectos sociais e naturais intrínsecos à territorialidade em que eram produzidos e que, portanto, se refletiam em atributos de diferenciação e exclusividade nos mercados (Favarão; Favareto, 2021).

Na década de 1990, surgiu na França a noção dos chamados sistemas alimentares localizados (SIAL), que essencialmente se voltavam para os estudos dos circuitos curtos e alternativos de alimentação. Na Itália, movimento parecido deu origem aos estudos das dinâmicas dos sistemas agroalimentares, fortemente influenciados pelas abordagens dos distritos industriais neo-marshallianos. Para Favarão e Favareto (2021), nas duas perspectivas, estavam subjacentes a importância das cadeias curtas de abastecimento e da valorização dos



produtos territoriais nos processos de desenvolvimento rural. Apesar de serem abordagens desenvolvidas predominantemente no contexto europeu, esses estudos ganharam certa importância nos países latino-americanos (Lamine; Garçon; Brunori, 2019).

Procurando dialogar mais profundamente com o desenvolvimento territorial, assume-se a importância de se abranger de maneira integrada a diversidade das relações de produção, comercialização e consumo agroalimentar. Nesse sentido, destaca-se a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Territorializados (SAT), uma abordagem que se propõe a compreender as interdependências entre atores, institucionalidades, técnicas e práticas das diferentes formas de se produzir, transformar, distribuir e consumir alimentos em um dado território.

O Sistema Agroalimentar Territorial pode contribuir para o desenvolvimento territorial e para os processos de transição para sistemas alimentares mais sustentáveis, na medida em que se desenvolve uma agricultura mais eficiente do ponto de vista econômico e ambiental, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas (Lamine; Garçon; Brunori, 2019). Além disso, a consideração de que os modelos agrícolas devem ser adaptados aos contextos locais se conecta a valorização da perspectiva territorial, cuja aplicação e as ações efetivas para a transformação dos sistemas agroalimentares deverão ser adaptadas a contextos territoriais específicos.

Compreendendo o território como uma unidade ativa de desenvolvimento, no território se encontra o potencial contido no saber local e a valorização dos recursos latentes, tangíveis e intangíveis (Denardin; Sulzbach, 2019). Esse pensamento revela a importância de uma perspectiva territorial no desenvolvimento, que reconheça e valorize as especificidades locais, abrangendo as dimensões sociais, ambientais e humanas (Pecqueur, 2006).

No entanto, com o aumento da variabilidade climática, a agricultura familiar é a mais vulnerável pelo baixo nível de recursos financeiros disponíveis, acesso reduzido a tecnologias de produção e necessidade de manter uma produção agrícola de subsistência (Moreira et al., 2025). Diante disso, entendendo que as mudanças climáticas afetam diretamente a produtividade agrícola, alterando a vida de populações inteiras e impactando a biodiversidade, desenvolver projetos ancorados na valorização da agricultura familiar e da sua agrobiodiversidade, se torna essencial.

Sendo assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a Conferência das Partes



(COP) como a instância internacional comum para o enfrentamento do problema (Moreira et al., 2025). Os autores destacam que a COP tem como principal objetivo conduzir negociações e promover ações em níveis globais para reduzir o aumento da temperatura no planeta. Em março de 2024, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) lançou seu relatório anual, *The State of the Global Climate 2023*, indicando que 2023 foi o mais quente dos últimos 174 anos, com temperatura média da superfície global em 1,4°C e o ano de 2024 confirmou esta mesma tendência.

Ressalta-se que para o enfrentamento das mudanças climáticas pela agricultura familiar, é imprescindível a promoção de um desenvolvimento territorial pautado na emancipação comunitária e na valorização dos saberes-fazeres, da história e cultura local. Para isso, o passo inicial é a construção coletiva, na qual a Pesquisa-Ação se revela como uma estratégia de atuação junto as comunidades rurais, promovendo o protagonismo e autonomia dos atores sociais, juntamente com o reconhecimento das especificidades locais.

A Pesquisa-Ação é um tipo de pesquisa social de base empírica realizada para a resolução de um problema coletivo (Thiollent, 2011). Ancorado na Pesquisa-Ação, o projeto de desenvolvimento territorial, intitulado de Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI Alimento e Território), busca produzir conhecimento de forma colaborativa a partir de demandas prioritárias e têm como proposta a mobilização e integração entre território e ativos públicos e privados.

O NAPI Alimento e Território é mobilizado no Litoral do Paraná junto com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga e a Comunidade do Guaraguaçu, com a finalidade de fortalecer a organização coletiva dos territórios, valorizando os recursos territoriais, os saberes locais, a agrobiodiversidade e os circuitos curtos de comercialização. Sendo assim, o objetivo deste estudo é evidenciar a necessidade da valorização da agrobiodiversidade e, conseqüentemente, dos saberes-fazeres locais, para promover um desenvolvimento territorial sob a perspectiva dos sistemas agroalimentares territorializados junto com os/as agricultores/as familiares no Litoral do Paraná.

METODOLOGIA



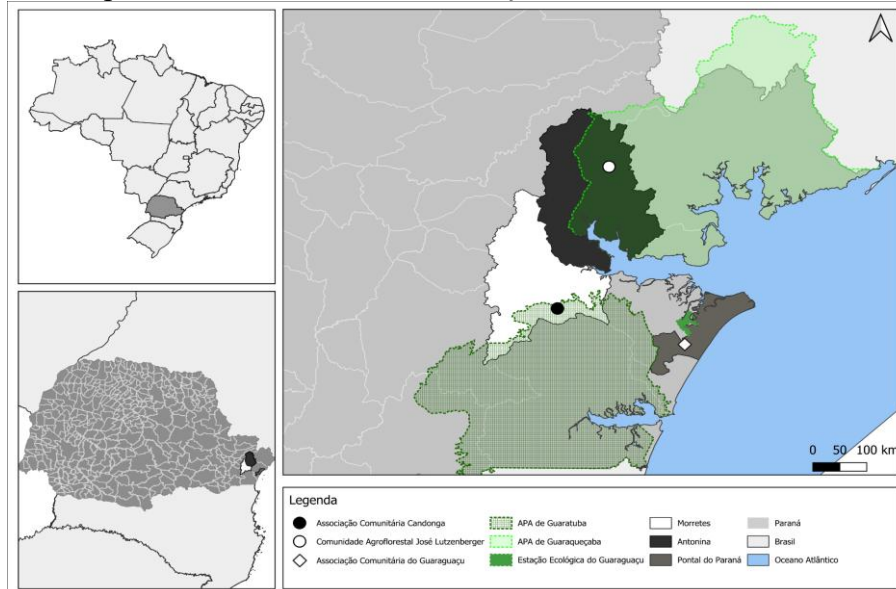
O presente estudo se utiliza da Pesquisa-Ação como método participativo orientador das ações realizadas. A operacionalização da Pesquisa-Ação ocorre em cinco etapas: 1) identificação de uma situação problema a partir de um diagnóstico inicial; 2) definição dos objetivos da pesquisa e da ação, considerando a necessidade de produzir conhecimento e resolver problemas práticos; 3) elaboração de um planejamento metodológico da pesquisa e da ação; 4) realização da pesquisa e da ação e; 5) análise e avaliação dos resultados, adaptadas de Dionne (2007) e Thiollent (2011).

As cinco etapas da Pesquisa-Ação correspondem às três fases de aplicação do método: Fase 1- Fase diagnóstica; Fase 2 - Fase executora e Fase 3- Fase avaliativa. Na fase diagnóstica são realizados o levantamento bibliográfico e documental, assim como o reconhecimento do território estudado por meio de entrevistas semiestruturadas. A fase executora corresponde a construção coletiva e execução das atividades propostas, como a realização de oficinas temáticas. E, por fim, a fase de avaliação, é o momento de refletir e avaliar as ações entre os sujeitos. O presente estudo utilizou-se prioritariamente da fase diagnóstica (dados primários e secundários).

A Pesquisa-Ação vem sendo realizada no Litoral do Paraná com a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, a Comunidade Candonga e a Comunidade do Guaraguaçu (Figura 1). A localização das comunidades está ao entorno de Unidades de Conservação, o que resulta em uma produção de alimentos agroecológicos, uma vez que a paisagem representa os últimos remanescentes contínuos de Floresta Atlântica Costeira do Brasil (Tiepolo; Denardin, 2016).

O estudo está vinculado ao NAPI Alimento e Território, um instrumento de política pública do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado do Paraná, desenvolvido pela Fundação Araucária e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O NAPI Alimento e Território é um arranjo desenvolvido no Litoral do Paraná junto a Universidade Federal do Paraná (UFPR Setor Litoral) e Instituto Federal do Paraná (IFPR Campus Paranaguá), formado por uma equipe de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas de formação.

Figura 1- Localização da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Candonga e Guaraguaçu com as respectivas Unidades de Conservação no Litoral do Paraná, Brasil.



Fonte: Autores, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O NAPI Alimento e Território, vem realizando reuniões, entrevistas, oficinas, cursos e intercâmbios com as famílias agricultoras da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga e a Comunidade do Guaraguaçu no Litoral do Paraná, desde setembro de 2023. Nota-se que o Litoral do Paraná se diferencia pela paisagem, pois abriga uma rica biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas de extinção e ambientes ainda bem preservados e exuberantes (Lima, 2025).

Nesse cenário, a Serra do Mar se destaca pela sua importância na manutenção da maior extensão de floresta contínua na Mata Atlântica, sendo reconhecida como um “hotspot de biodiversidade” (Tiepolo; Denardin, 2016). Mas, na última década, o bioma vem sofrendo com a elevada fragmentação e reduzida cobertura vegetal, que possui menos de 30% de vegetação nativa remanescente. Outra característica importante é a presença de Unidades de Conservação (UCs) que cobrem 82,48% do território (Denardin; Sulzbach, 2020). As três comunidades estudadas estão inseridas em UCs federais e estaduais.



Sendo assim, nas entrevistas realizadas com as famílias, evidenciou-se o pertencimento com o território, assim como a relação com a natureza e o modo de produção de alimentos nas três comunidades, como na fala do Jeferson, morador da Comunidade Candonga: “Aqui estamos dentro da floresta, trabalhando em sintonia com a floresta” e a mensagem da Vera Alegre, agricultora assentada da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger: “Um grão não é apenas um alimento, é como um embrião. Tem que tratar com amor e carinho para produzir o alimento”.

“Moro aqui desde o princípio da comunidade. Aqui a gente teve que reaprender a plantar e o caminho é a agrofloresta. Cada dia eu chego na minha agrofloresta e aprendo coisa nova. Prantei a muvuca e hoje vi o girassol, virado pro sol. Se eu percebo que nasce essas pranta espontânea é porque tá melhorando. É muito gratificante ver os resultados” (Vera Alegre, agricultora assentada da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger).

“Eu sempre acompanhei meus avós e meus pais na roça, mas assim, o tempo, assim, que eu moro aqui no Guaraguaçu tem as lavouras né, tinham aqui, é aipim, é abacaxi, feijão, é as hortas, né. Eu fui acompanhando os meus avós na roça. Eu aprendi artesanato com minha mãe e com meu pai também, cipó, bambu. Hoje eu tenho uma farinha, resgatei dos meus avós, era meu sonho, porque meus avós tinham uma farinha” (Claudio, integrante da Associação Comunitária Guaraguaçu).

“A gente tem que se espelhar na natureza e vê que a união é a força, uma pessoa sozinha não faz muita coisa, é assim eu me espelho lá na natureza, eu vou prantando e daí uma fortalece a outra. Então a gente também e eu me espelho muito nas prantas, eu acho que a união é tudo” (Vera Alegre, agricultora assentada da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger).

Sendo assim, o NAPI Alimento e Território atua junto com as associações de agricultores/as familiares para potencializar cozinhas e agroindústrias comunitárias, por meio do processamento dos produtos da sua agrobiodiversidade. Para isso, na fase diagnóstica, foi possível identificar as principais espécies produzidas e o sistema de produção adotado pelas famílias, sendo predominantemente agroecológico, composto de policultivos cultivados em quintais produtivos e sistemas agroflorestais.

Os sistemas agroflorestais representam “o caminho possível para regenerar o metabolismo entre ser humano e natureza” (Steenbock et al., 2020, p. 61), se caracterizando mais do que um conjunto de árvores e espécies diversas, mas sim, pela grande interação entre os aspectos ecológicos, econômicos e sociais. Somado a isso, a produção agroecológica em



sistemas agroflorestais ou mesmo em quintais produtivos, promove a emancipação das famílias frente a dependência da indústria agroquímica e a conservação dos recursos naturais.

Além disso, a agrofloresta fornece vários serviços ecossistêmicos, atuando para melhorar a fertilidade do solo, proteger os cultivos e animais do vento, recuperar áreas degradadas, promover a conservação da água, limitar pragas, minimizar a erosão do solo, aumentar os estoques de carbono e produzir benefícios para a subsistência (Kala, 2025). A autora enfatiza que em comparação com os sistemas produtivos sem árvores, os sistemas agroflorestais abrangem 3 a 4 vezes mais biomassa, o que significa não só aumento no armazenamento de carbono, mas também melhoria na produtividade agrícola, o que se destaca como uma estratégia importante ao enfrentamento das mudanças climáticas.

A produção agropecuária do Litoral do Paraná de 1995, 2006 e 2017 se configura pelo cultivo da banana, palmito, aves, chuchu e mandioca, segundo dados dos últimos censos agropecuários. Nota-se que as comunidades estudadas vêm apostando nas frutas nativas para potencializar o beneficiamento da produção de polpas, geleias, doces, sorvetes, entre outros. Dentre as principais espécies cultivadas se destacam a grumixama, juçara, taperebá, pitanga, arará-boi, ingás, guapuruvu, etc. A partir da identificação das principais espécies cultivadas nas comunidades, busca-se fortalecer a sua produção juntamente com a agroindustrialização dos produtos, mas sem perder o potencial identitário do território, somado a valorização dos saberes-fazer, da história e cultura local. Os produtos e subprodutos gerados nas agroindústrias e cozinhas comunitárias, são fruto do trabalho da agricultura familiar no Litoral.

Diante disso, nas comunidades estudadas, entre os principais recursos identitários estão a produção de farinha de mandioca e seus derivados como a berereca e o cuscuz feito na cuscuzeira de barro, o bolo de fubá na folha de bananeira, a bolacha de fubá com erva doce, a cambira, os produtos do café caiçara, os artesanatos de madeira e sementes nativas. O café caiçara é servido pelas mulheres da Comunidade do Guaraguaçu e representa um espaço em que são comercializados alimentos típicos da culinária caiçara, como o bolo de milho, pão de abóbora, pão de aipim e bolinho de cambira.

Segundo Denardin, Sulzbach e Komarcheski (2015, p. 215) esses são saberes “[...] que não se encontram em nenhum manual, saberes que não são repassados por técnicos, no entanto cada agricultor tem sua receita, sua lógica, sua racionalidade”. A farinha de mandioca é um



produto diferenciado, que expressa identidade territorial. Para Lima (2025), esses recursos podem compor um produto ou serviço da agrobiodiversidade atrelado aos sistemas agroalimentares, agregando assim, conhecimentos tradicionais de agricultores familiares ou comunidades.

Nesse contexto, os produtos são comercializados principalmente nas feiras locais, como é o caso das comunidades Candonga e Guaraguaçu, e por meio de mercados institucionais como na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger. Esses circuitos curtos de comercialização representam uma forma de valorizar as riquezas dos territórios e o seu potencial turístico, gerando trabalho e renda para as famílias.

Além dessas estratégias de comercialização, se destaca a cestas de bens e serviços territoriais, como uma possibilidade futura para as comunidades, apostando na valorização da identidade territorial por meio da oferta de vários produtos. Outra alternativa é a obtenção do selo de Indicação Geográfica (IG), que resultem do saber fazer coletivo e representam os elementos identitários do território. No Litoral Paranaense, tem três produtos com selo de IG, a bala de banana de Antonina, a cachaça e aguardente de Morretes e o barreado. A certificação orgânica também representa um diferencial na produção no Litoral, como é o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.

Sendo assim, identificar e valorizar a agrobiodiversidade da Mata Atlântica presente nos territórios é uma forma de iniciar o processo de resgate da cultura local e potencializar a permanência da agricultura familiar no meio rural por meio da agroindustrialização da sua produção. Os sistemas agroflorestais e quintais produtivos, ambos agroecológicos, são uma alternativa promissora de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Além disso, ao identificar e promover a valorização dos produtos da agrobiodiversidade junto com os atores locais, aposta-se nos sistemas agroalimentares territorializados para o fortalecimento da agricultura familiar e seus produtos identitários, ancorados na história e cultura local. Para isso, é necessário realizar projetos que propiciem o desenvolvimento territorial por meio da Pesquisa-Ação, cujas ações são pautadas pelas demandas dos territórios.

CONCLUSÃO



A partir das ações do projeto NAPI Alimento e Território, é possível evidenciar que o Litoral Paranaense possui uma grande possibilidade de promover o diálogo sobre os sistemas agroalimentares territorializados, apostando na sua rica agrobiodiversidade e na agricultura familiar que a sustenta. Os circuitos curtos de comercialização e a produção agroecológica são alternativas que contribuem para a diferenciação dos produtos e serviços, somados a história e a cultura local por meio da valorização dos saberes fazeres. A Pesquisa-Ação possibilita a criação de projetos de desenvolvimento territorial, permitindo a interação entre os agricultores/as, pesquisadores e demais instituições públicas e privadas em torno da resolução de problemas coletivos. Sendo assim, quanto mais organizados e engajados os territórios estiverem, maiores as possibilidades de enfrentamento as mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: Conceitos e Princípios para a Construção de Estilos de Agriculturas Sustentáveis. In: CAPORAL, F. R. (Orgs.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, p. 225-240, 2007.

DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R.; SULZBACH, M. T. Farinheiras no Litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado: SIAL Farinheiras. In: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (Orgs.). **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, p. 197 – 217, 2015.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. In: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento**. 1ª Ed. Cascavel: Edunioeste, p. 67-82. 2019.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. **Recursos e dinâmicas para desenvolvimentos territoriais sustentáveis**. Rio de Janeiro: Autorgafia, 2020.

DIONNE, H. **A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FAVARÃO, C. B.; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios: contribuições teóricas para a análise das transições sustentáveis em sistemas agroalimentares. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 41, n. 2, 2021. doi: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.737>



GRISA, C.; ROZENDO, C.; GOMES, R.; ZIMMERMANN, S. A. Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 41, n. 2, 2021. doi: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.756>

KALA, C. P. Agroforestry in a changing climate: Challenges, opportunities and solutions Author links open overlay panel, **Ecological Frontiers**, v. 45, n. 2, p. 269-276, 2025. <https://doi.org/10.1016/j.ecofro.2024.11.003>

LAMINE, C.; GARÇON, L.; BRUNORI, G. Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. **Journal of Rural Studies**, v. 68, p. 159–170, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.11.007>.

LIMA, A. A contribuição de produtos e serviços da sociobiodiversidade na grande reserva mata atlântica (GRMA) com potencial para formação de aglomerados produtivos alinhados ao desenvolvimento territorial sustentável, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Curitiba, 2005.

MOREIRA, M. F. R.; MEIRELLES, L. C.; CORADIN, C. M.; PORTELLA, S.; OLIVERA, S. S. Mudanças climáticas e suas implicações para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras, produção agrícola e ambiente, Ensaio/Dossiê Desenvolvimento Sustentável e Trabalho, **Rev. bras. saúde ocup**, 50, 2025. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/13024pt2025v50eddsst5>

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis. v.4, n. 1 e 2, p. 81-103, 2006.

STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M.; COELHO, B. H. S.; SILVA, R. O. Agrofloresta Agroecológica: por uma (re)conexão metabólica do humano com a natureza. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU. Matinhos*, v.6, n.2, 2020.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora e Livraria Ltda., 2011.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 13, n. 32, 2016. DOI: 10.21713/2358-2332.2016.v13.1092.